



NELI PEREIRA SOUZA
ROSINI MENDES REIS

EDUCAÇÃO DO CAMPO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Monografia apresentada ao curso de Educação
Ensino de Geografia e História do Esap como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista.

Orientador: Prof. Ms. Paulo Emilio de Assis
Santana.

UMUARAMA

2009

**Neli Pereira Souza
Rosini Mendes Reis**

EDUCAÇÃO DO CAMPO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Monografia apresentada ao curso de Ensino de Geografia e História, do Instituto de Estudos Avançados e Pós-graduação – Esap / Faculdades Integradas do Vale do Ivaí – Univale, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

COMISSÃO EXAMINADORA

Umuarama, _____ de _____ de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos professores do Ensino de Geografia e História, pelos conhecimentos compartilhados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus familiares que se privou de minha companhia, mas que sabem e respeitam os meus objetivos pessoais. A equipe de estudiosos que por fim tornaram-se amigos, que não mediram esforços para realizar o presente trabalho. Neli Pereira de Souza.

Agradecemos a Deus, que nos ensinou “Amai ao vosso próximo como a ti mesmo”. Em especial para minha mãe. O meu Orientador Prof. Paulo Emilio de Assis Santana pela oportunidade do aprendizado. Rosini Mendes Reis.

Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer (José de Souza Martins, O poder do Atraso, 1994).

SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. **Educação do Campo** Prática Pedagógica. Faculdades Integradas do Vale do Ivaí – Univale / Instituto de Estudos Avançadas e Pós-Graduação – Esap. Monografia de curso de pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Geografia e História. Umuarama - PR. 2009.

RESUMO

O objetivo do trabalho foi analisar o comportamento de homens e mulheres e as diversas visões sobre a manutenção da prática pedagógica para a educação do campo no Brasil, como forma de contribuir para a história inclusiva brasileira. Mas, ainda hoje, várias pessoas se mostram, ou não conseguem enxergar ou fingem não ver a necessidade da integração social discutida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais contidos na Nova LDB texto da lei nº. 9.394/96. A pesquisa caminhou-se na tentativa de disseminar as informações colhidas, buscando provocar, na sociedade brasileira e órgãos públicos, a adesão ao movimento inclusivista, para implantar e aumentar no quadro de ensino regular a educação do Campo. A consulta bibliográfica sobre a temática, onde se percebeu a falta de preparação e qualificação profissional, dos professores sendo essas fundamentais para inclusão da metodologia voltada para as questões pedagógicas do campo no sistema educacional. Constatou-se que a inclusão da Educação do Campo, no Brasil, caminha lentamente. Aos poucos os professores estão começando a acreditar na aprendizagem do reconhecimento da diversidade do campo. Acredita-se que questões pertinentes às pessoas do setor rural são difíceis de serem tratadas, por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e o preconceito.

Palavras-chave: Educação, Campo e Conscientização

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
INTRODUÇÃO.....	08
1. ANTECEDENTES DAS TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	11
1.2 O CAMPO: ASPECTOS GERAIS E CONCEITOS.....	19
1.3 CULTURA E IDENTIDADE CAMPESINA.....	22
1.4 ORGANIZAÇÕES POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA DO HOMEM DO CAMPO.....	25
2. REFORMA AGRÁRIA: REALIDADE OU FICÇÃO?.....	30
2.1 LEI DE TERRAS DE 1850.....	30
2.2 A QUESTÃO DA TERRA DO HOMEM RURAL.....	34
3. A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O NOVO MILÊNIO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXOS.....	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em analisar as diversas formas da educação do campo. Busca-se tecer algumas considerações sobre as expectativas da vida social do homem do campo, assim desmistificando o conceito de “Jeca Tatu”, de uma pessoa de educação empobrecida, sem cultura sem identidade.

O fato é que sempre tivemos uma tendência de dar aos homens do campo conotações erradas, o que é muito perigoso. A vida dos camponeses relatada é um estágio que inclui uma série de requisitos. O que não quer dizer, necessariamente, que seja melhor ou pior na atualidade ou em outro momento da história do ser humano na terra. Evoluir não quer dizer progresso, mas trata-se de uma transformação.

Acredita-se também, que uma fonte de desinformação e outros preconceitos perante o homem do campo, são subjacentes na mente de nossa população, a educação do campo deveria ser trazida à tona e discutida claramente para haver superação. Isso só se dará através de pesquisas e debates em torno da questão do camponês e da inclusão da Educação do Campo no ensino regular no Brasil.

Partindo-se do princípio que a história é, por definição absolutamente inclusiva busca-se uma história do ser humano e de seu grupo social, para demonstrar-nos que a história da sociedade está sempre em movimento.

A princípio, as grandes civilizações da Antiguidade se fundamentaram nesse conceito que é o homem caipira, foi repleta de fantasias e erros explicada por diversos mitos. É inquestionável a importância da integração Social na Educação do Campo na realidade atual.

A intenção de analisar o comportamento de homens e mulheres e as visões sobre a manutenção da prática pedagógica no ensino da Educação do Campo no Brasil é relacionar as várias formas pelas quais os estudiosos, o governo e a sociedade interagem com a Relação Dialógica na construção do conhecimento educacional.

Os paradigmas sobre a inclusão da Educação do Campo no Brasil devem ser conquistados, de forma a tornar a sociedade inclusiva mais dinâmica.

Favorecendo o desenvolvimento integral e global dos homens do campo a conseguirem lidar com as cobranças que o século XXI exigirá das pessoas.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois se utilizaram de um estudo bibliográfico através de análise e fichamento de livros, revistas, sites da internet relacionados ao tema abordado. Acredita-se que as fontes bibliográficas reunidas possibilitaram aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados da Educação do Campo. A metodologia adotada foi o levantamento de fontes bibliográficas em livros. Procuramos entender tanto o papel da educação do campo na sociedade, mais especificamente na prática pedagógica.

Segundo Tozoni-Reis (2006), a pesquisa de campo, como próprio nome indica, tem a fonte de dados no campo em que ocorrem os fenômenos.

A investigação foi realizada junto às estatísticas dos dados expressos nos gráficos apresentado pelo IBGE sobre a população Brasileira com sua distribuição e estrutura. De acordo Almeida e Rigolin (2002, p.440) "o censo 2000 revela um novo Brasil. Por isso, precisamos conhecer seus resultados para entender melhor quantos somos, onde e como vivemos(campo, cidade e tipos de moradia)."

Os instrumentos realizados para as pesquisas foram o IBGE em conjunção com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná SEEED/PR, que desde 2003 coordena a proposta de uma Educação do Campo em várias regiões do Estado formado o Grupo de Estudos da Educação do Campo com os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná em nossos encontros estudamos as trajetórias e as concepções da Educação rural, tivemos a oportunidades de refletir e debater a partir dos textos, com os eixos temáticos das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo para o Estado do Paraná.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação do Paraná SEEED/PR, em maio de 2001, a Articulação Paranaense definiu uma pauta de reivindicações para participar da semana de lutas pela agricultura, promovida por diversos movimentos e entidades. Nessas discussões, as propostas foram atendidas em 2002, com a criação da Coordenação da Educação do Campo.

A entrevista é uma técnica muito presente na etapa da coleta de dados da pesquisa qualitativa, em especial no trabalho de campo, tendo como objetivo buscar informações através da fala dos sujeitos a serem ouvidos, os entrevistados. Os capítulos têm o objetivo de evidenciar uma metodologia sobre a Educação do

Campo do Estado do Paraná visando identificar a sistemática da coleta de dados com os eixos temáticos das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo para o Estado do Paraná e como esta acontece no dia-a-dia observando e acompanhado desde o início, essa prática pedagógica que é preparar os jovens para viver no campo, empregar seus conhecimentos pautados na realidade que estão inseridos.

Segundo o IBGE, com uma população estimada do ano de 2000 de aproximadamente 169.799.170 hab. O Brasil tem uma extensão territorial em quilometro quadrados, além de ser um dos maiores do mundo. Em contrapartida, apresenta uma demografia completamente desequilibrada pela ocorrência da migração desordenada. A atual configuração do território brasileiro compreende 8.547.403 Km², colocam o Brasil como o mais extenso país da America do Sul, o terceiro maior país da America e a quinta área do mundo (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002).

Tem-se o propósito em demonstrar as relações existentes entre a prática pedagógica perante a Educação do campo, na tentativa de compreender o processo das transmissões dos valores culturais e tentar quebrar essa perpetuação para promover e impor uma nova relação da exclusão da conscientização da preservação do meio ambiente para a socialização da humanidade como um todo. Todas estas informações gráficas e visuais estão vide anexo.

A partir desta reflexão e analisando o contexto atual no que tange a Educação do Campo em nossas escolas alguns aspectos se fazem relevantes nesta modalidade como, por exemplo: por que não aceitamos mais falar em uma educação para o meio rural e afirmamos nossa identidade vinculada a uma Educação do Campo? O que une e identifica os diferentes sujeitos da Educação do Campo? Quando o Estado do Paraná intensifica essa propagação na rede educacional para os professores trabalharem nos ambientes escolares?

Assim sendo, a pesquisa encontra-se dividida em três partes constituídas:

Na primeira parte do trabalho apresenta a introdução com destaque no problema de pesquisa e objetivo das trajetórias da Educação do Campo na sociedade Brasileira.

A segunda parte é dedicada a um breve relato sobre a reforma agrária no Brasil, procurando entender a infra-estrutura rural, a Educação do Campo para o povo Brasileiro. A terceira parte consolida a integração da Educação do Campo e procura entender de que forma ele se prepara para o Novo Milênio.

1. ANTECEDENTES DAS TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Esse capítulo tem com objetivo discutir os principais problemas causados pelas faltas de informações sobre a população do campo, compreendendo aspectos relevantes da questão da educação do campo com destaque nos aspectos gerais da prática pedagógica, na zona rural, do Estado do Paraná.

Visa também analisar o comportamento de homens e mulheres e as diversas visões sobre a manutenção da prática pedagógica sobre a Educação do Campo no Brasil. Em especial, preocupam-se em relacionar as várias formas pelas quais os estudiosos, os governos e a sociedade buscam uma Relação Dialógica na construção do conhecimento educacional para os homens do campo.

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para o desenvolvimento da cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para fazer avançar a cultura como conceito afirmativo, burguês? O presente capítulo tem suma importância em destacar a Educação do Campo partindo do princípio de que a história é por definição inclusiva e busca resgatar o desenvolvimento do ser humano, do seu grupo social para demonstrar que a história da sociedade está sempre em movimento.

Historicamente a educação esteve presente em todas as Constituições brasileiras, entretanto, mesmo o país sendo essencialmente agrária, desde a sua origem, a educação rural não foi mencionado nos textos constitucionais de 1824 e 1891.

Como afirma LEITE (1999, p. 28) em seu estudo sobre a educação rural.

“a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo”.

Os povos do campo demonstram sua organização por meio da reivindicação de condições de trabalho, divisão da terra, de forma a garantir a produção de subsistência, a reforma agrária e a delimitação territorial das terras dos povos indígenas.

Desta forma, surgiu o Ruralismo Pedagógico que objetivava fixar o homem ao campo, que teve sua duração até a década de 1930. Em 1937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. O elevado número de analfabetos na área rural foi destacado no VIII Congresso Brasileiro de Educação, reforçando assim a preocupação com a educação rural. (LEITE, 1999).

O que marca este período da história é uma gradativa substituição de poder de uma elite agrária para as emergentes elites industriais. A grande preocupação do período é com o movimento migratório campo-cidade e com a elevação da produtividade do campo, numa conjuntura em que a industrialização e a urbanização dão seus primeiros e concretos passos.

É o momento em que a cidade se consolida como a referência da modernização e do progresso, enquanto o campo representa o antigo e o rústico. O próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania.

Observamos que as negações da cultura campestre nas escolas foram construídas sistematicamente, vista de maneira preconceituosa, não reconhecendo sua riqueza e sua importância.

Após a II Guerra Mundial foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, no âmbito da interferência da política norte-americana no país. Foram instaladas as Missões Rurais e, ao final dos anos de 1940, foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

As ações governamentais eram marcadas pelo entendimento do camponês como carente, subnutrido, pobre e ignorante. A educação desenvolvia-se com o intuito de proteção e assistência ao camponês. Na década de 1950 foi criada a

Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural, com preocupações voltadas à formação de técnicos responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de educação de base e programas de melhoria de vida, porém não discutia efetivamente a origem dos problemas vividos no campo. (Vide a obra de LEITE, 1999).

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61) deixa a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire oferece contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica, crítica e emancipatória valorizando a prática social dos sujeitos, portanto, uma proposta oposta à prática educativa bancária predominante na educação brasileira. Com a Lei 5692/71 não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2º grau (atual Ensino Médio) para as escolas rurais.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação destaca-se como um direito de todos. E, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender esta realidade adequando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Entretanto, mesmo com estes avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária.

A LDB em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Ao reconhecer a especificidade do campo, com respeito à diversidade sociocultural, o artigo 28 traz uma inovação no sentido de acolher as diferenças sem transformá-las em desigualdades, o que implica que os sistemas de ensino deverão

fazer adaptações na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para se adequar ao que é peculiar à realidade do campo, sem perder de vista a dimensão universal do conhecimento e da educação.

No final dos anos de 1990 espaços públicos de debate sobre a educação do campo foram efetivados, a exemplo do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), especialmente, dentre outras entidades. Neste evento foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho. Uma nova agenda educacional contemplando a educação do campo foi lançada. Ainda, em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, uma parceria entre o MST, a UnB, UNICEF, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Cabe, portanto a nós educadores, caracterizar as práticas sócio-culturais vividas na comunidade onde a escola está inserida, fazendo inserção de conteúdos devidamente selecionados que possam auxiliar os alunos no exercício e na reflexão. Este procedimento leva o educando a reconhecer as particularidades culturais do país, e especificamente a sua própria, para então, obter uma visão de superação e libertação frente ao modelo de subordinação a que o homem do campo foi submetido ao longo do processo de colonização.

Desde 2003 a SEED/PR¹ coordena a proposta de uma Educação do Campo devido às grandes reivindicações dos movimentos sociais do campo e das políticas governamentais que visam à educação para todos e a democratização do conhecimento a respeito da diversidade sócio-cultural nos seus muitos aspectos.

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo – No, porque “ o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive”; Do, pois, o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação

¹ SEED-PR. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. Curitiba - Pr. vinculada “à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2002, p.26)

Nesse sentido, chega de se ter a idéia que os camponeses são pessoas que vivem no campo sem nenhuma informação, que vestem roupas rasgadas, remendadas, com dentes estragados, com maquiagens fortes, com falas "erradas". Hoje essas características já foram desmistificadas, principalmente quando se conhece a realidade da vida no campo. Afirmou Ana Maria Sotero, em novembro de 2004 na II Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária do MST "Camponês não é um Jeca Tatu, mas está na verdade mergulhada numa diversidade cultural riquíssima".

Aqui se demonstra a nova versão do "caipira", pois Ana Maria Sotero quis dizer com sua fala que hoje o caipira é aquele que se instrui e volta a aplicar seus conhecimentos na terra. Que leva as outras famílias a procurarem educação e informação para melhoria do seu trabalho na terra. Também vem ressaltar sua importância na interdependência da cidade e campo, pois ambos vivem em harmonia quando se fala em produção e comércio. O trabalho do campo se torna indispensável na produção de alimentos que é consumido nas cidades e os trabalhadores urbanos precisam das fábricas e indústrias para tirar seu sustento.

O objetivo desta exposição é refletir sobre a identidade que vem sendo construída pelos sujeitos que se juntam para lutar por uma educação do campo. A partir desta reflexão e analisando o contexto atual no que tange a Educação do Campo em nossas escolas alguns aspectos se fazem relevantes nesta modalidade como, por exemplo: por que não aceitamos mais falar em uma educação para o meio rural e afirmamos nossa identidade vinculada a uma Educação do Campo? O que une e identifica os diferentes sujeitos da Educação do Campo? Quando o Estado do Paraná intensifica essa propagação na rede educacional para os professores trabalharem nos ambientes escolares?

A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo é de violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais e urgentes. Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho e pela identidade própria desta herança, sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades de direitos sociais respeitados, e

sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas...
(Caldart, 2002, p.152)

Em 2006 a SEED/PR passou a coordenar uma proposta de Educação do Campo que esteja presente na Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. A fome, a miséria, a exclusão, a exploração são condições que exigem projetos políticos nacionais e internacionais de enfrentamento para superação.

No Brasil a questão da terra para o homem do campo têm como conseqüências de seu passado fatores principais como a falta de metas governamentais para agricultura e o êxodo rural. O objeto de estudo visa apontar as relações existentes entre a prática pedagógica perante a Educação do Campo e a preocupação em encontrar o processo das transmissões dos valores culturais procurando quebrar essa perpetuação e promover e impor uma nova relação no que diz respeito à exclusão do homem do campo e a socialização da humanidade como um todo. “O Brasil é um exemplo de país contraditório, com imenso potencial humano e de biodiversidade, mas com excessiva concentração de renda e altos níveis de pobreza” (DCE,2006, p. 15).

Diante das questões contraditórias presente no processo histórico da sociedade brasileira tem presença à questão agrária, que, como diz Martins (2000, p.98-99 in DCE, 2006 p. 15)

[...] tem a sua própria temporalidade, que não é o tempo de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas, tensões que mediatizam a dinâmica social, e, nela, a dinâmica política.

Como se pode observar a visão do autor sobre a questão agrária é uma trata-se de conjunturas políticas e econômicas. “A questão agrária esta no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial” (MARTINS, 2000, p. 101).

A semelhança e diferença educacional entre o presente, o passado e o espaço local, regional, nacional é o desafio que está colocado para a Exclusão do homem do campo. Mas, ainda hoje, várias regiões se mostram muitos não

conseguem enxergar ou finge não ver a necessidade da Integração Social discutida pela LDB planejamento educacional que visa o setor rural brasileiro.

Este objeto de pesquisa ingressa no cenário acadêmico um espaço de estudo e espera colaborar com estas impressões empíricas utilizando a concepção do ser humano da realidade histórica, como teoria de base para a discussão das negociações dos projetos de valorização patrimonial da humanidade para um bom convívio da sociedade inclusiva para todos os setores urbano e rural. Um panorâmico sobre a caminhada política que começaram desde o principio desse tal “Descobrimento” do Brasil tivemos uma ocupação desordenada das terras uma invasão propriamente dita nesse poder dos latifundiários, e dali foram criadas as Capitanias Hereditárias e as Sesmarias que criaram no Brasil uma estrutura agrária extremamente concentrada e a conjunção do processo de redemocratização no dia de hoje, as transformações no cenário político e sócio-econômico provocaram fortes reflexos no Brasil sobre o estudo do campo.

As origens dessa distribuição desigual de terras em nosso país estão em seu passado colonial. As capitanias hereditárias, que inseriram o Brasil no sistema colonial mercantilista, foram os primeiros latifúndios brasileiros: a colônia foi dividida em quinze grandes lotes entre doze donatários. A expansão da lavoura açucareira no litoral manteve o latifúndio como uma de suas características, ao lado da monocultura e da escravidão da mão de obra africana no sistema de plantation voltados a exportação. Portanto, a ocupação das terras brasileiras aponta para um acentuada concentração de terras. Foi a Lei de Terras, promulgada em 18 de agosto de 1850, que praticamente instituiu a propriedade privada da terra no Brasil. (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.406).

A pesquisa de campo pode ainda ser útil para mostra para as pessoas as técnicas de metamorfose por que passou a política brasileira conhecida durante muito tempo como a reforma agrária. Percebemos de um modo geral, tornou possível a discussão sobre a situação do povo brasileiro na atualidade, é que continua a mesma predominância das elites fundiárias nós chegamos mais de Quinhentos anos de História, as bases estruturais das concentrações das terras são praticamente as mesmas ao longo da História Brasileira.

As discussões e estudos realizados, em torno da questão da reforma agrária brasileira. O fato é que sempre tivemos uma tendência de dar aos homens do campo conotações erradas, o que é muito perigoso. As vidas dos camponeses como vão relatar neste presente trabalho, é um estágio que inclui uma série de requisitos. O que não quer dizer, necessariamente, que seja melhor ou pior na atualidade ou

em outro momento da história do ser humano na terra. Evoluir não quer dizer progresso, mas trata-se de uma transformação.

A Reforma Agrária aparece através das necessidades dos próprios trabalhadores. Aparece como condição para que outras necessidades sejam atendidas: necessidade de sobrevivência, necessidade de emprego, necessidade de saúde, de educação, de justiça, de futuro, de paz para as novas gerações, de respeito por sua própria lógica (camponesa) anticapitalista (isto é, por seu modo de pensar e de interpretar a vida), necessidade de integração política, de emancipação (isto é, de libertação de todos os vínculos de submissão), de reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário (MARTINS, 1994, p.159).

Desde muito tempo o homem vem reivindicando seu espaço no campo, até mesmo a.C, conforme alguns versículos no Antigo Testamento,... “Porque há esperança para a árvore,... “Ao cheiro das águas brotará e dará ramos com a planta nova (Jô 14: 7^a, 9^a).

Com o aumento da população assumiu-se uma função de produção em massa, agravando o problema ambiental, não só no Brasil, mas também em países em desenvolvimento. Resultando nos desmatamentos de grandes extensões de florestas para o crescimento urbano e com isso o crescimento industrial. Dessa forma deixou-se de pensar no campo e os chamados “camponeses” foram sendo esquecidos, deixados para trás sem nenhuma importância na sociedade capitalista.

Com a chegada dos grandes latifundiários a economia do país teve segmento para a agroindústria, com o alvo nos abastecimentos internos e externos. Esse crescimento foi tomando o trabalho do campo escravo, pois, quem tinha suas pequenas propriedades eram expulsos ou obrigados a vender suas terras para os grandes fazendeiros, que por sua vez, usavam a mão de obra dos camponeses, tornando-os, respectivamente, senhores e servos.

No processo, como se encontrava, alguns camponeses deram início às revoluções, impulsionando a questão da reforma agrária, até então não conhecida como tal. Nesse início surgiram, no lugar do trabalho servil, os arrendatários, apenas atenuando os problemas agrários da época até que no início de século XIX, eclodiram as forças burguesas juntamente com os camponeses, derrubando o regime monárquico.

Foram, então, surgindo os movimentos sociais voltados aos problemas urgências da época e somente após a II Guerra Mundial, ouviu-se falar no termo

Reforma Agrária. Apesar de não ser ainda tão fortalecida, pois cresce o agronegócio, o tal modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, onde ocorrem plantações em grande escala em suas mais diferentes fases intensificando a exploração do homem com o trabalho braçal. Convencendo a todos que é ela que é a responsável pela totalidade da produção do país, envolvendo a mídia e os meios de comunicação para divulgar as safras e os preços pagos pela mesma, tornando-se a supremacia da situação com suas estratégias.

Com isso se deixa de lado a agricultura camponesa que é ainda responsável por mais da metade da produção do campo, apesar de ser a menos favorecida e com isso leva-se muito prejuízo, tem uma fatia no crédito bem menor que os grandes latifundiários, são forçados a integrar-se nas relações sociais e também do território organizados pelos grandes fazendeiros.

A agricultura camponesa tem a visão de produzir diversidades, respeitando os recursos naturais. Então os conflitos aumentam e se tornam mais acentuados, pois o Agronegócio ainda tem o controle do poder político e do espaço. O que se percebe é que a ocupação das terras fere a lógica do agronegócio, por isso chamado de movimento social e com bastante discriminação. Mas a cada ocupação de terras, ampliam-se os objetivos propostos pelo homem do campo de estar voltando para o campo e fortalecendo-se cada vez mais contra as ideologias do agronegócio. Os MSTs, hoje estão conseguindo espaço para colocarem em prática o que chamamos de Agroecologia, que de acordo com CAPORAL significa agricultura de bases ecológicas. O que é isso? É a utilização da ciência e suas tecnologias interagindo nas atividades agrárias sob as perspectivas da ecologia.

1.1 O CAMPO: ASPECTOS GERAIS E CONCEITOS

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica.

É urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para o desenvolvimento da cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para fazer avançar a cultura como conceito afirmativo, burguês?

É importante fazer uma distinção dos termos rurais e campo. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas. Como consequência das contradições desse modelo de desenvolvimento, temos por um lado, a crise do emprego e a migração campo/cidade e, por outro a reação da população do campo que diante do processo de exclusão se organiza e luta por políticas públicas construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural que também inclui iniciativas no campo da educação.

Já, a concepção de campo, tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar dos povos que o tem como lugar de vida, de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Sendo assim, esta compreensão de campo vai além de uma definição jurídica, configurando-se como um conceito político, ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo articula-se a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, desde a perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar deles se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas mediante a utilização da mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico. A identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros bóias-frias, ribeirinhos, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou

colonos ou sitiante (dependendo da região do Brasil em que estejam), caboclos dos Faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas.

A identidade política coletiva é gerada a partir da organização das categorias em movimentos sociais, a exemplo do MST, das etnias Indígenas, dos Quilombolas, dos Atingidos por Barragens e daqueles articulados ao sindicalismo rural combativo.

Já a identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991) traz uma definição de cultura como práxis que pode ser útil à educação do campo. Para a autora, a capacidade do homem de se transformar e ser transformado são uma característica humana genérica (estruturar e ser estruturado) e essa capacidade encontra-se na base do conceito de cultura como práxis. É por meio da práxis:

(...) que o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (p.32).

Sendo assim, o conceito de cultura como práxis guarda relação com a compreensão da história como processo coletivo de autocriação do homem, colocando a possibilidade de criar uma ordem social de maior liberdade e justiça (SCHELLING, 1991, p. 37-38).

O entendimento do campo como um modo de vida social contribui para a auto-afirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho, da sua história, do seu jeito de ser, dos seus conhecimentos, da sua relação com a natureza e como ser da natureza; valorização esta que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos, e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo.

Toda esta diversidade encontrada nas populações do campo paranaense sinaliza um fato que não pode ser deixado de lado: as escolas do campo terão presente no seu interior este processo conflituoso, por isto rica, diversidade sociocultural e política.

A educação do campo não pode estar desvinculada de um projeto de desenvolvimento do campo que se pretende construir. Ao considerar estes povos, que ao longo da história foram explorados e expulsos do campo, devido a um modelo de agricultura capitalista, que tem como eixo a monocultura e a produção em larga escala para a exportação; o agronegócio; a utilização de insumos industriais, agrotóxicos, sementes transgênicas; o desmatamento irresponsável; a pesca predatória; as queimadas de grandes extensões de florestas; a utilização de mão-de-obra escrava, entre outros, é necessário que se assuma na educação do campo a construção de um modelo de desenvolvimento que tenha como elemento fundamental o Ser Humano; que seja como Fernandes (2005) afirma um debate da questão agrária mediante o princípio da superação, portanto, da luta contra o capital e da perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade.

É na educação do campo que devem emergir os conteúdos e debates sobre a diversificação de produtos, a utilização de recursos naturais, a Agroecologia, as sementes crioulas, a questão agrária e demandas históricas por reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho, a pesca ecologicamente sustentável, o preparo do solo etc., possibilitando o estudo de um modelo de desenvolvimento do campo que se contraponha ao modelo hegemônico.

1.2 CULTURA E IDENTIDADE CAMPESINA

A concepção de educação do campo que se pretende construir caracteriza-se por:

1) concepção de mundo em que o Ser Humano é sujeito da história, ele não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver as suas atividades mediante o controle do relógio mecânico ou do relógio “observado” no movimento da Terra, manifesto no “posicionamento” do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou estar

atuando de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens.

2) concepção de escola como local de apropriação de conhecimentos científicos, construídos historicamente pela humanidade e como local de produção de conhecimentos mediante o estabelecimento de relação entre o conhecimento científico e o conhecimento do mundo da vida. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos, portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de estacionamento. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir quais são os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola.

3) concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Esta seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que ele possa determinar quais conteúdos históricos contribuem-nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educados. Estratégias metodológicas dialógicas nas quais a indagação seja freqüente exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam o estabelecimento de relação entre os conteúdos científicos e aqueles do mundo da vida que os educando trazem para a sala de aula.

4) concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser realizada de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de diversas atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

O ato da “escuta” é essencial para a educação que se quer construir: escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; escutar os educados

e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula; escutar as carências expostas pelos professores das escolas do campo, enfim, é um ato de escuta de cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e os governos, nas esferas municipal, estadual e federal. Por meio da escuta será gerado o diálogo e dele serão explícitas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública.

Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, melhor, é o ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo.

Quais são os conhecimentos dos povos do campo segundo Damasceno (1993, p. 57) entende que a prática produtiva e política dos camponeses são as fontes básicas do conhecimento social. Para ela, os saberes sociais dos camponeses podem ser: 1) engendrados na prática produtiva do campesinato. 2) elaborado na prática política envolvendo a construção da identidade de classe e a organização política do campesinato.

Portanto, são os conhecimentos do mundo do trabalho no campo, das negociações em torno da produção, das necessidades básicas para a produção de determinados produtos, a organização dos trabalhadores em cooperativas; iniciativas na área da Agroecologia; organização das comunidades de pescadores. Enfim, são grupos de resistência, que se recusam a inserir-se no modelo capitalista competitivo de produção e criam alternativas outras para manter o vínculo com o trabalho e vida no campo. E, os conhecimentos do mundo da política, da participação ou da observação de como se dá a tomada de decisão por parte do poder público local ou nacional, e da organização que se faz necessária aos povos do campo, para que sobrevivam na lógica perversa que o mercado impõe àqueles que constituem força de trabalho e/ou vivem da produção em pequenas parcelas de terras.

Compreender a educação a partir da diversidade presente no campo, do modo de vida, implica em construir políticas públicas que assegurem o direito à igualdade com respeito às diferenças; implica a construção de uma política pública de educação na qual a formação de professores possa contemplar estes fundamentos.

Esta forma própria de existência produz saberes, que foram acumulados ao longo das experiências vividas pelos sujeitos do campo.

Destaca-se a importância da escola estar localizada no campo, para que seja reforçado o debate da educação do campo. Mesmo havendo necessidade de nuclearização, é importante que esta seja efetivada no próprio campo.

A escola vai além de um local de produção e socialização do conhecimento, sendo também espaço de convívio social, onde acontecem reuniões, festas, celebrações religiosas, atividades comunitárias - como bazar, vacinação, etc., possibilitando articulação da comunidade, potencializando a permanente (re) construção de uma identidade cultural, possibilitando especialmente a elaboração de novos conhecimentos. Sem deixar de falar, que evita o desgaste provocado pelas grandes distâncias e pelo transporte de baixa qualidade.

Enfim, trazer a educação do campo para o debate no âmbito das políticas educacionais, da formação de professores, da prática pedagógica nas escolas é reconhecer a existência de um modo de vida que tem sido freqüentemente desvalorizado na sociedade brasileira e do quais muitos de nós fazemos parte.

1.3 ORGANIZAÇÕES POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA DO HOMEM DO CAMPO

Para TOMAZI (1993, p.247) que informa, "nos anos 80, a importância dos movimentos sociais foi notável na campanha por eleições diretas para presidente da República - as Diretas já (1984-1985) – e na Constituinte de 1988, na qual se verificaram avanços importantes com relação aos direitos de cidadania por influência dos movimentos sociais".

E é neste nicho de assistência social que a sociedade inclusiva pode agir como catalisadora de uma transição da formação sócio-antropológica da arte do conhecimento da integração da cidadania do homem do campo na Rede de Ensino. O primeiro sentimento, o mais simples, que é compartilhar da vivência familiar que é miscelânea de uma bagagem de aprendizagens, vai se aprendendo sobre esse misterioso ofício de comunicação entre pessoas.

E, já nos anos 90, a deposição do então presidente da República, Fernando Collor de Mello, resultou de intensas mobilizações da sociedade civil, num amplo movimento em que se destacaram os estudantes – os "caras-pintadas" -, cujo objetivo, via destituição do presidente, era o estabelecimento da ética na política. No entanto, a maioria dos problemas

sociais permanece, alguns até agravados. Mas suas soluções dependem, certamente, da capacidade de a sociedade civil organizar-se em movimentos sociais, de forma a consolidar e ampliar os direitos sociais e políticos conquistados (TOMAZI, 1993, 247).

A cidadania do homem do campo tem que fazer parte integral no cotidiano de uma expressão cultural do povo, sendo seu principal sustentáculo a força de grandes manifestações que ataçam a imaginação popular brasileira a mensagem representada pela sociedade inclusiva.

Tal ruptura, certamente, envolveria modificações conceituais profundas nas práticas pedagógicas, para a prevenção da educação do campo como uma transformação de sua tática produzida por alguém que ensina em alguém que aprende e inscreve-se no âmbito do convênio técnico científico. Uma das questões fundamentais para a formulação de diretrizes para a geração de programas de prevenção é a caracterização do público alvo os homens e as mulheres são os agentes potenciais do processo de conservação adequada dos recursos para evitar desinformação da sociedade inclusiva.

O Brasil é destaque como foco das atenções ambientais do mundo inteiro por abrigar a Floresta Amazônica, a maior reserva da biodiversidade no Planeta. As preocupações da agenda ambiental brasileira apresentam-se amplas e diversificadas, agravadas que são pelas limitações de um país em desenvolvimento (SEBRAE, 1998).

A LDB tem como objetivo levar as pessoas a repensar a educação para a população rural, tal como tem sido praticado nas redes públicas, trata-se de questionar a prática pedagógica e traçar metas para a educação das pessoas do campo, que se propõe pelos Parâmetros Curriculares Nacionais contidos na Nova LDB. Levar cada um a refletir os fundamentos da modernidade na educação no Brasil. Pretende-se, portanto, que a pessoa compreenda mais os homens do campo, não só como alguém oprimido e desesperançado, mas, acima de tudo, que os veja como um ser humano que luta e resiste das mais diversas formas, como qualquer um de nós considerado como uma “Pessoa no setor urbano”. Agradou o fato de que, pelo menos existe uma lei que é digna de registro para educação rural, isto significa um grande avanço para educação no Brasil texto da lei nº 9.394/96, artigo 28, segundo LDB: “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de

ensino promoverão a adaptações necessárias a sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente” (LDB, 1996, p.17).

O trabalho parte das reflexões em torno da questão contraditória em que se encontra o meio ambiente é ação do homem que rompe o equilíbrio ecológico do planeta terra vão interferir do meio que estão inseridos.

É verdade que a própria natureza, com as erupções vulcânicas, os terremotos, os furacões e os maremotos, também provocam grandes estragos no meio ambiente. É preciso lembrar, porém, que muitas vezes ela responde às agressões a que é submetida pelo ser humano. Tempestades avassaladoras ou secas rigorosas ocorrem em virtude de mudanças climáticas decorrentes dos desmatamentos. O uso inadequado dos solos para a agricultura tem aumentado o processo de desertificação em quase todos os continentes (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.159).

No Brasil, a questão no campo, antes de tudo, conseqüência de seu passado, como fatores principais de sua existência, destacaram as faltas de metas governamentais para agricultura e o êxodo rural. Apontaremos as relações existentes entre a prática pedagógica perante a Educação do campo e preocuparemos em encontrar o processo das transmissões dos valores culturais e tentar quebrar essa perpetuação para promover e impor uma nova relação da exclusão do homem do campo para a socialização da humanidade como um todo.

Os principais artigos sublinhados pela historiografia brasileira foram: o pau Brasil e as especiarias, nas primeiras décadas do século XVI; o açúcar, a partir da segunda metade do século XVI; tabaco, em meado do século XVII; o ouro, no século XVIII; e o café, no início do século XIX. Desses produtos, o que ultrapassou todo o período foi o açúcar, em momento algum desbancado (ao menos até meados do século XIX) de sua primazia em relação ao total das exportações brasileira (FRAGOSO, FLORENTINO E FARIA. 1998 p.52).

Percebe-se a interação no âmbito do convênio técnico científico que o progresso alcança nos últimos anos do instituto de ciências humanas. O desenvolvimento tecnológico das últimas décadas repercutiu de maneira intensa em todos aos aspectos da vida social e individual, criando em um novo tipo de sociedade.

Com uma reflexão aprofundada FREIRE e SHOR (1986, p.67) declaram, “os professores que temem a transformação também podem ser atraídos para a pedagogia libertadora”.

Tornando ainda mais grave a postura conservadora dos professores, na realidade não se propõe aqui falar inverdade, os docentes ainda vive momentos de

incerteza epistemológica tem que procurar o seu ser libertador da prática pedagógica dentro de si próprio para se tornar um profissional qualificado para lidar com as diversidades e a resistência de muitos professores hipoteticamente justificados pelo fato que o processo educativo no Brasil vem de longa data e as mudanças geram medo e falta de conhecimento para uma sociedade inclusiva inovadora, que repercuta no sentido da liberdade. É importante alertar o professor para não deixar escravizar-se pelo sistema vigente educacional.

Com uma reflexão aprofundada sobre estudo da identidade na história da economia colônia brasileira Fragoso, Florentino e Faria(1998, p.58), “o predomínio, então tido como evidente, da plantation, entendida como latifúndio monocultor e escravista para exportação, reduziria qualquer outra atividade a uma posição dependente deste setor, e as lavouras de alimentos seriam também desajustadas e absolutamente oscilantes”.

A avaliação dialógica e mediada é uma das formas de favorecer a democratização para a sociedade Inclusiva para a Educação do campo e a parceria com a agricultura Brasileira.

Segundo o site na Ecol News Lester Brown (2.003), “No início de um novo século, a competição pela terra entre o automóvel e a agricultura se intensifica. Até agora, a pavimentação de terras cultiváveis vem ocorrendo principalmente nos países industrializados, onde circulam quatro quintos dos 520 milhões de automóveis mundiais.”

O trabalho parte das reflexões em torno da questão contraditória em que se encontra a sociedade inclusiva que tem conquistado dia-a-dia seu espaço na história social dos brasileiros. Partindo-se do princípio de tecer algumas considerações sobre as expectativas ao modelo educacional do “transmitir – verificar – registrar” da prática pedagógica no Brasil no sentido de uma ação avaliativa, reflexiva e desejadora do docente de levar ao conhecimento profundo da ideologia educacional se houve valorização do registro da prática pedagógica como instrumento de auto-capacitação, para professores e alunos.

As teorias de avaliação institucional recomendam o envolvimento e a participação de todos em terem por objetivo provocar determinadas mudanças na prática pedagógica global, nas convivências à diversidade para uma qualidade de integração social para todos os que têm interesse direto na virtude educacional, isto

é, alunos, pais, corpo docente e parte da sociedade que está inserida de alguma maneira e luta para uma sociedade Inclusiva.

Um primeiro desafio que temos é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação de nossa proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

Refletem FREIRE e SHOR (1986, p.220), “isto é imaginação. Esta é a possibilidade de ir além do amanhã sem ser ingenuamente idealista. Isto é o utopismo, como relação dialética entre denunciar o presente e anunciar o futuro. Antecipar o amanhã pelo sonho de hoje”.

Percebemos que o escopo primordial da educação é o professor, e o revisionismo na área de educação do campo será inevitável, dentro de pouco tempo, porque a discussão já esta tomando corpo na nova geração de professores, mas o ensino oficial tem a sua utilidade na medida em que podemos fazer a comparação com a educação do campo entre o que nos foi imposto e omitido, já sabemos o que ocorreu, na verdade, a imposição de uma cultura completamente distanciada da verdade brasileira. Tanto o professor como a escola que está transformando o ambiente em que vivem os alunos.

Acreditamos também, que uma fonte de desinformação em conjunção com outros preconceitos, perante a educação do campo, é subjacente na mente de nossa população, a educação do campo deveria ser trazida à tona e discutida claramente para haver superação. Isso só se dará através de pesquisas e debates em torno da questão da reforma agrária e da inclusão da educação do campo no ensino regular no Brasil.

2. REFORMA AGRÁRIA: REALIDADE OU FICÇÃO?

As transformações no cenário político e sócio-econômico provocaram fortes reflexos no Brasil sobre o estudo do campo. Percebemos que os paradigmas sobre a inclusão da educação do campo no Brasil devem ser conquistados, de forma a tornar a sociedade inclusiva mais dinâmica. Favorecendo o desenvolvimento integral e global dos homens do campo a conseguirem lidar com as cobranças que o século XXI exigirá das pessoas.

2.1 LEI DE TERRAS DE 1850

A ineficácia no que se refere aos diversos e diferentes discursos que cercam o tema de reforma agrária e que não encontram respaldo frente às constantes mudanças nas conjunturas governamentais, política e econômicas, faz com que debrucemos nossos estudos sobre o tema em questão.

Após o fim do tráfico de escravos, ou melhor, com o surgimento da Lei que proibia, e que coincidia com a Lei de Terras (Lei nº. 601, de 18-09-1850), pela qual “ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja a compra”, iniciaram-se algumas experiências para se desenvolver a produção Agrária, com mão-de-obra livre. A primeira experiência de utilização da força de trabalho livre e estrangeira foi realizada pelo senador Vergueiro, grande fazendeiro da região oeste de São Paulo, que, em 1846, trouxe 364 famílias de Alemanha e da Suíça. Em 1852, importou mais 1500 colonos e, posteriormente, se propôs a trazer mais 1000 colonos. (TOMAZI, 1993, p.67).

O estudo deste tema perfaz assunto de grande cunho científico jurídico e social, sobre dois aspectos: Primeiramente, por levar os objetivos desse peculiar movimento social ao contexto educacional superior e logo após, num segundo momento, pelo puro e simples fato de demonstrar que a verdadeira Reforma agrária está longe de acontecer. De acordo com Tomazi (1993, p.63) “a partir dessa constatação pode-se afirmar que, sem sombra de dúvida, o que ocorreu nesse imenso território a partir de 1500 foi uma verdadeira invasão de estrangeiros, que desembarcaram em seu litoral e, pouco a pouco, foram conquistando e dominando todos os povos que aqui viviam”.

Para o fazendeiro, o que mais importava era que os imigrantes fossem pobres e com família numerosa, pois, assim, não poderia pagar suas dívidas de transporte facilmente, o que também significavam mais braços para trabalhar na fazenda. Além disso, o estado de pobreza desses imigrantes os impossibilitava de ter acesso a terra, que, conforme a Lei de Terras de 1850, só era possível por meio de compra.(TOMAZI, 1993, p.69).

Pensamos ser fundamental voltamos à atenção a estes movimentos para podermos compreender o avanço político que o campesinato teve por volta da década de 1950. Pensamos se importantes ressaltar a lutas dos trabalhadores do campo durante a República, excluindo durante muito tempo na história, o camponês, como se fosse incapaz de participar politicamente dos acordos políticos.

As crescentes mobilizações do meio urbano e rural proporcionaram conquistas importantes para os trabalhadores, como relação aos direitos de cidadania, como por exemplo, a promulgação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, que significou a extensão da legislação trabalhista ao meio rural. (TOMAZI, 1993, p.244).

Na realidade tiveram todos eles em sua base a luta desesperada pela sobrevivência daqueles que necessitavam da terra para produzir e eram incluídos de possuí-la.

Um ponto alto do processo de mobilização e organização dos trabalhadores foi à criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que aglutinou diversas confederações, federações, entidades intersindicais e de pactos de unidades, passando a comandar o movimento operário em nível nacional. Nesse processo, há que se destacar o movimento das Ligas Camponesas. Surgidas em 1954, em Pernambuco, as Ligas se espalharam para outros Estados, vindo a ser denominadas, em 1963, Ligas Camponesas do Brasil, cuja bandeira de luta era: "Reforma agrária e na marra" (TOMAZI, 1993, p.245).

Segundo os estudos do sociólogo Nelson Dacio Tomazi, o campesinato brasileiro é a única classe social desde a Proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta com esses movimentos, rebeliões e revoltas dos trabalhadores rurais mostravam as formas de situação de exploração das oligarquias rurais, criando um estado de classe dominante dos latifundiários sobre os camponeses. Para mudar essa visão, é necessário encontrar o caminho da inclusão, do respeito ao homem do campo. Muitas arbitrariedades ocorrem no dia-a-dia pela falta da democratização do conhecimento, que deveria ter um compromisso explícito de transformação social, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania.

Esse processo de intensa participação, no entanto, foi interrompido com o golpe militar de 1964, que, a pretexto de livrar o país do "perigo comunista"

e respaldando-se no binômio ideológico “segurança e desenvolvimento”, restringiu a participação popular através da criação do bipartidarismo (Arena e MDB) e proibiu toda manifestação popular que visse atentar contra a “ordem publica” (TOMAZI, 1993, p.245).

O trabalho utiliza-se da história inclusiva. De acordo com CARDOSO (1983, p.350), “não podemos conformar, já, apenas com o fato do vocábulo” social” ser conveniente porque é o bastante amplo para convocar discussão interdisciplinaria admitindo afinal, que toda a história é social”.

Para mudar essa visão, precisamos encontrar o caminho da inclusão, do respeito às diferenças individuais. A classificação de seres humanos como incapazes por residirem no setor rural tem sido apenas mais uma forma de discriminação renegando a essas pessoas a possibilidades de superar suas limitações.

Haja vista, os exemplos da Guerra de Canudos e Contestado no inicio da Republica, muitas vezes descritos como resultados apenas do fanatismo religioso, ou como reação de monarquistas contra a Republica, na realidade tivemos todos eles que acendeu no homem sertanejo o desejo e a coragem de lutar por seus direitos, por sua reivindicações de uma vida melhor e suas terras.

No inicio da República, ainda no final do século XIX, a violenta repressão ao movimento de canudo (1893 – 1897), na Bahia, marcaria o tom com que os governos tratariam os movimentos sociais nos anos seguintes. Canudos tem sua importância destacada não apenas pelas derrotas sucessivas que impôs as expedições militares, mas também pelo exemplo de um povo rude, criado na miséria do sertão nordestino e oprimido pelos senhores e pela natureza, que, sob a liderança de Antonio Conselheiro, construiu uma comunidade sem polícia e sem impostos, onde todos trabalhavam e a produção era distribuída conforme as necessidades de cada um. Movimento semelhante foi o do Contestado (1912 – 1916), na divisa do Paraná com Santa Catarina. Expulsos das terras que foi cedido ao grupo americano Percival Farguhar para a construção de uma estrada de ferro, os caboclos resistiram essa medida construindo vilas onde se vivia em igualdade e onde se lutava pela terra. Uma carta encontrada no bolso de um caboclo morto dizia: “Nois não tem direito de terra, tudo é para as gentes da Oropa” (TOMAZI, 1993, p.242).

A luta pela terra no Brasil, já que nós tivemos vários movimentos pela reforma agrária como os exemplos da Guerra de Canudos na Bahia de 1893 a 1897 e a Guerra do Contestado que ocorreu na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina 1912 a 1916, a luta pela terra no Brasil é um processo histórico de “longa duração”

que marca as várias concepções sobre o uso da terra iniciada com a Colonização e Internacionalização econômica.

Segundo Tomazi (1993, p.242) "a luta pela terra não decorre apenas da necessidade de se conquista um pedaço de chão para trabalhar, mas também da necessidade de se conquistarem direitos e de fazer com que as leis expressem esses direitos e sejam respeitadas."

A superação dos obstáculos sociais, segundo BOFF (2001, p.37), "eles não são coisas do passado arcaico, produtos aleatórios do pensamento primitivo ou fantasias incontrolada. São atuais, porquanto nós, modernos, também criamos mitos".

Partindo-se do princípio que a história de mitos, que são uma fonte de desinformação e outros preconceitos, perante a realidade do homem rural, é subjacente na mente de nossa população, as práticas da educação do campo deveriam ser trazidas à tona e discutidas claramente para haver superação. Isso só se dará através de pesquisas e debates em torno na questão do campo e da inclusão no ensino regular no Brasil.

Expôr sobre o conhecimento dos mitos BOFF (2001, p.37), "não é seguro que nós modernos, com nossa inteligência instrumental, com toda nossa tradição de pesquisa empírica, de crítica e de acumulação de saberes sobre praticamente tudo, conheçamos mais o ser humano que os antigos de mitos".

É inquestionável a importância da integração social das práticas políticas na realidade atual. Os preconceitos, nos dias de hoje com toda nossa técnica, tecnologia e conhecimento, já deveria ter sido superado.

Com atenção para o ensino inclusivo relataram STAINBACK, S, W, (1999, p.248), "embora nem todos possam aprender a mesma quantidade de coisas ou ter o mesmo nível de conhecimento nessas áreas acadêmicas, qualquer coisa que seja adquirida é válida e digna".

A inclusão estaria mais relacionada a uma proposta de ordem social, cuja meta é incluir, desde o princípio do ensino regular, aquela parcela da população que tem sido excluída. Pressupõe uma mudança radical na escola.

O grande desafio para educação do homem rural na atualidade é de refutar as teses conservadoras do sistema educacional vigente no Brasil, os pós e contras que são entraves burocráticos para autonomia de uma sociedade inclusiva para os brasileiros. Se não devemos fazer uma legenda totalmente negra, igualmente não

devemos fazer uma cor-de-rosa sobre a educação do campo e a socialização do Novo Milênio.

Na verdade, o envolvimento dos alunos em suas próprias experiências de aprendizagem e no planejamento e na implementação de experiências de aprendizagem intencionais e significativas para seus colegas é considerado fundamental para as turmas inclusivas. Os alunos podem propor atividades, reunir materiais e organizar e implementar qualquer ajuda de que algum deles necessite (STAINBACK, S, W, 1999, p.246)..

O princípio de tudo é o diálogo, entendido a partir dessa relação entre docente e discente. De forma alguma é uma relação puramente o somente afetiva ou emotiva; significa uma reflexão sobre as possibilidades de abertura do educando a novas condutas, desenvolver uma ação avaliativa e mediadora para a inclusão da educação do campo no sistema educacional como uma forma de integração social para todos do ensino regular no Brasil.

Verificando como esta inclusão acontece, como se processa sua interação social e seu desenvolvimento na aprendizagem, com a crença de que as escolas possam se abrir para receber pessoas educativas ruralistas, pois a inclusão beneficia a todos.

2.2 A QUESTÃO DA TERRA DO HOMEM RURAL

Refletir sobre as transformações do êxodo rural para êxodo urbano e as modificações que elas geram no modo de vida das populações e nas relações de trabalho. Segundo Prado (1995, p. 15) a política de educação para o mundo rural no Estado Novo (1937-1945) objetivava aproximar a escola de tarefas práticas às necessidades imediatas da população do campo. Acrescia-se a concepção de que educar era fixar e adaptar o homem a terra O autor entendem que o princípio de tudo é o diálogo, entendido a partir da relação entre a população e vários segmentos social que gera a questão da terra com o respeito ao homem rural.

Uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que formularam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de 1920 e que resumidamente consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas no setor rural. Esse pensamento privilegiava o papel da escola na construção de um "homem novo", adaptado à nova realidade brasileira e de uma relação "homem rural escola" pretensamente nova (Prado, 2000, p. 50).

A importância ao se escrever a verdadeira história brasileira que não deve ser somente a dos vencedores, mas também a dos vencidos, as cenas de fatos da vida real. Resgatam fazem com que os alunos vejam que os homens do campo ficavam abandonados pelo governo que não tem um plano governamental voltados para a agricultura e o processo de reforma agrária do Brasil sempre está legado ao próximo governo um jogando a responsabilidade para outro em quanto nós o povo pagamos cada vez mais caro para obtenção dos gêneros alimentícios em nossa mesa em um país tão rico pela sua extensão territorial a falta de política socioeconômica tem que se a bandeira na mão de nossos alunos para reverterem a crise da condição econômica e social do povo na vida rural e também na urbana.

No Estado Novo as idéias de ruralismo pedagógico vinculavam-se a uma orientação pragmática, ou seja, o valor da escola rural se traduzia para além da ação educativa, em um trabalho cívico, patriótico e com finalidades econômicas. Se o objetivo da escola rural era valorizar, fixar o homem do campo ao seu meio cabia ao professor primário rural divulgar a ideologia oficial: "ser um agente construtor e difusor da nova 'cultura política'" (PRADO, 2000, p. 53).

Sendo assim, pretendemos, com o presente trabalho, analisar e demonstrar o valor "erro" no desenvolvimento cognitivo, dada à importância dessa compreensão para uma visão mais construtiva do "erro", enfatizando a importância da avaliação dialógica e mediada como uma das formas de favorecer a democratização para a sociedade Inclusiva da Educação do campo embasamos o nosso trabalho, através de uma revisão na conscientização que nos remeterá ao cerne da questão que é a avaliação das pessoas do campo no processo de ensino-aprendizagem dentro da sociedade brasileira.

Geralmente encontramos entre os trabalhadores rurais brasileiros baixos indicadores socioeconômicos, como elevada natalidade, elevado analfabetismo, pequena qualificação profissional e baixa remuneração. Além disso, eles sofrem com a falta de cumprimento da Legislação trabalhista por parte de alguns patrões e o elevado número de acidente com ferramentas, como facões. Quanto mais distantes das principais cidades e capitais, mais tensas são as relações sociais no campo (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.410).

Na Sociedade contemporânea as memórias têm perdido dia-a-dia seu espaço. Os seres humanos, independente de sua origem ou grau de cultura, sempre procuraram conquistar a sabedoria das coisas. E as explicações que o homem

primitivo dava aos fatos foram repletas de fantasias e erros, por isso, a história do homem rural era considerado e tinha base na experiência particular de cada comunidade.

3. A INTREGAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O NOVO MILÊNIO

Nesta parte do trabalho o foco se torna de forma exploratória quanto a avaliação de desempenho de uma sociedade Inclusiva. Muitas vezes, por falta de objetividade dos critérios utilizados ou pela má fluência na comunicação, são cometidos equívocos subestimando ou superestimando dos homens do campo para o processo de ensino regular com suas expectativas de aperfeiçoamento e de desenvolvimento e a reabilitação, enfatizando-se a importância da democratização da Educação do campo para o Brasil.

Partindo deste cenário, a educação do campo para a virada de milênio também propõe a ilação dos paradigmas educacionais e governamentais, cujo desdobramento resultará em síntese, e, sobretudo tendo como saldo qualitativo o encaminhamento que se dará no sentido de aprender as concepções mais modernas da inter-relação para a sociedade sem exclusão dos homens do campo, bem como se colocando em posição de vanguarda, frente à aceitação do novo.

As teorias de avaliação institucional recomendam o envolvimento e a participação de todos em terem por objetivo provocar determinadas mudanças na prática pedagógica global, nas convivências à diversidade para uma qualidade de integração social para todos os que têm interesse direto na virtude educacional, isto é, alunos, pais, corpo docente e parte da sociedade que está inserida de alguma maneira e luta para uma sociedade Inclusiva.

De acordo com a Constituição de 1988, no artigo 6º, trás o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, no forma desta Constituição”.

Em busca de melhoria da qualidade de vida com o velho ditado popular que prevenir é melhor que remediar. E a passagem de uma experiência calçada em práticas construída e modificada através de conhecimentos e buscas de parcerias, tendo sempre o mesmo herói da história: a Prevenção junto com a Integração da educação do campo.

Para WERNECK (1997, p.224) que informa, "a incerteza não é apenas a mãe do medo e a mãe da humanidade. A incerteza move o homem. Deparamo-nos, a cada dia, com o que não entendemos e nem temos tempo – mesmo que haja interesse de tentar entender".

Verificando como esta inclusão acontece, como se processa sua interação social e seu desenvolvimento na aprendizagem, com a crença de que as escolas possam se abrir para receber pessoas com várias diversidades culturais e educativas, pois a inclusão beneficia a todos.

A aquisição de um novo saber segundo WERNECK (1997, p.225), "subinformação é informação errada, pela metade, manipulada pela mídia, distorcida de boca em boca, antiga, paternalista, não colaboradora da inclusão".

São essas situações que interessam que permitirá à pessoa a igualdade de oportunidades e tratamento e ao exercício da Cidadania. O presente trabalho teve objetivo sensibilizar os professores, sociedade, governo e todo o corpo diretivo das escolas, fundamentalmente para o ensino regular e a realidade do campo no Brasil que viabilize a implementação de políticas educacionais, privilegiando a questão da sociedade inclusiva na exposição do projeto "Oportunidades Iguais para Todos", priorizando a área da Educação do campo.

E uma possível tentativa de solução para TOMAZI (1993, p.15)"todos os homens possuem conhecimentos práticos de como agir, como participar de instituições, de grupos, etc. Assim, todos possuem um certo senso comum acerca da sociedade – ou seja, uma série de conhecimento adquiridos na prática de como agir em situações coletivas".

Visando preparar os seres humanos a conseguirem lidar com as cobranças que o século XXI exigirá frente à educação do campo, com as tendências apresentadas pela sociedade moderna, as bases educacionais Brasileira estão sofrendo modificações.

Conforme TOMAZI (1993, p.17) " não é o "homem" enquanto ser isolado da história que interessa para o estudo da sociedade, mas "os homens" enquanto seres que vivem e fazem a história".

Os docentes sentem a necessidade de estar constantemente em capacitação, o que facilitaria ou contribuiria para o desenvolvimento interno das capacidades cognitivas sobre a educação do campo para os discentes e a sociedade Brasileira, mas as intenções do presente trabalho são de mostra que o

passado é múltiplo, dando subsídio para uma nova abordagem a respeito do papel das elites no panorama político brasileiro para se saber o que está acontecendo na atualidade permite aos discentes uma análise mais profunda nos temas desenvolvidos em sala de aula. Levando-o um aprofundamento das informações dos processos históricos na questão na terra do Brasil.

É neste contexto que se faz necessário pensar a educação do campo, que esteve à margem nas políticas educacionais, uma vez que da ótica oficial a educação não era necessária aos povos trabalhadores da terra. A questão agrária esteve visível em diferentes conjunturas políticas, em função da atuação dos movimentos que reivindicam reforma agrária, muito embora ela tenha sido tratada como problema social, como diz Martins (2000), e não como questão estrutural. Já, a educação do campo tem conquistado espaço político na conjuntura atual, em função da atuação dos movimentos sociais e das iniciativas governamentais que, por sua vez, foram impulsionadas pela sociedade civil organizada. A Coordenação da Educação do Campo do estado do Paraná há mais de três anos vem discutindo e participando, com os movimentos e organizações sociais, da elaboração de propostas de políticas públicas para a educação do campo.

Num momento político, final dos anos de 1990, em que os movimentos sociais conquistaram espaço na agenda política e que as questões étnicas, ecológicas e socioculturais têm sido discutidas, faz-se necessário apontar algumas diretrizes, com o caráter de contribuições, à educação do campo. Cabe destacar que a existência deste texto tem estreita relação com o debate empreendido nos diversos espaços públicos de “encontro” entre Sociedade Civil organizada e Estado, a exemplo dos Seminários Estaduais de Educação do Campo promovidos no estado do Paraná desde o ano de 2004, pela Coordenação da Educação do Campo/SEED com apoio do Ministério da Educação(MEC) e com a participação dos movimentos e organizações sociais, secretarias municipais de educação, universidades públicas e dos encontros pedagógicos com os professores da rede pública de ensino.

É preciso esclarecer que a definição de escola do campo só tem sentido quando pensada a partir das particularidades dos povos do campo. Essa definição está referendada, no parágrafo único do art.2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37)

A escola do campo deve corresponder a necessidade da formação integral dos povos do campo. Para tal, precisa garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial), de acordo com o artigo 6 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e não apenas se restringir, como usualmente, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dentre as contradições da sociedade brasileira tem presença a questão agrária, que como diz Martins (2000) "... tem a sua própria temporalidade, que não é o 'tempo' de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas, tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política"(p.98-99). Para o autor, a questão agrária é eminentemente histórica, trata-se do tempo da conjuntura histórica e não simplesmente das diversas conjunturas políticas e econômicas. "A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial". (MARTINS, 2000, p. 101).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A predominância da Educação do Campo mundialmente precisa ser encarada num quadro mais amplo que meramente regional. Outras variáveis devem ser consideradas para uma reflexão analítica mais profunda da existência e papel da sociedade atualmente.

Em tempo dominado pela transformação inclusiva, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos, é um espaço fundamental para compreendermos as variadas práticas pedagógicas para Educação do Campo. Nesta pesquisa, buscamos uma história do ser humano, inserido em seu grupo social, como forma de dar subsídios a novas pesquisas científicas.

Acreditamos que também as fontes bibliográficas reunidas neste trabalho possibilitaram aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados a cerca da Educação do Campo no Brasil.

Entendemos que questões pertinentes às pessoas do setor rural são difíceis de serem tratadas por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e o preconceito.

O projeto de pesquisa ingressa no cenário político um espaço de estudo. Espera-se dar conta destas impressões empíricas utilizando-se da concepção do ser humano da realidade histórica de seu país, de um modo geral, torna-se possível a discussão sobre a situação do povo brasileiro na atualidade, é que continua a mesma predominância das elites fundiárias nós chegamos mais de Quinhentos anos de História, as bases estruturais das concentrações das terras são praticamente as mesmas ao longo da História Brasileira.

O trabalho teve como objetivo analisar o comportamento de docentes e a política pública e as diversas visões sobre a manutenção da prática pedagógica e a questão da educação do campo no Brasil. Em especial, preocupam-se em relacionar as várias formas pelos quais os professores, órgãos públicos e a sociedade buscam uma relação dialógica na construção dos conhecimentos educacional para as diversas disciplinas dentro da realidade da educação do campo.

O estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa, configurada em um estudo de exclusão, onde a preocupação central é retratar as possibilidades de inclusão; a pesquisa está dentro de uma abordagem etnográfica, por possibilitar também a combinação de vários instrumentos de coleta, observação que possam oferecer um quadro vivo com toda riqueza de informações faz parte integrante uma revisão teórica na exclusão do estudo de campo.

Historicamente, a discriminação é um fenômeno que põe em jogo a própria sobrevivência, que uma grande parcela da população da luta pela terra foi excluída do convívio social, e muitas arbitrariedades ocorrem no dia-a-dia pela falta da democratização do conhecimento, que deveria ter um compromisso explícito de transformação social, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos.

É inquestionável a importância da integração social das práticas políticas na realidade atual. Os preconceitos, nos dias de hoje com toda nossa técnica, tecnologia e conhecimento, já deveria ter superado. Mas, ainda hoje, várias pessoas se mostram muitos não conseguem enxergar ou fingem não ver a necessidade da integração Política que os seres humanos, independentes de sua origem ou grau de cultura, sempre procuraram a sabedoria das coisas.

Concluimos que na sociedade contemporânea a memória tem perdido dia a dia seu espaço, nada melhor que trabalhar pesquisa de memórias que seja verídico, pois representa aquele que impede que a história se perca, organizando as fontes históricas de memórias, materialização do distanciamento do ser humano de suas raízes e sua verdadeira história de seu país. Passado, presente e futuro entrelaçam no lembrar e esquecer.

Percebe-se então que memória é resistência, na medida em que extrapola o tempo da sociedade contemporânea, que ainda hoje existem características da luta pela terra no Brasil como uma postura crítica diante da reedição dos seus princípios e métodos, os quais de maneira alguma condizem os ditames da verdadeira democracia para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves; Rigolin, Tércio Barbosa. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2.002.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens quebradas** Petrópolis: Vozes, 2004.

BÍBLIA. O livro de Jó. Português. Bíblia sagrada. Tradução por João Ferreira de Almeida. 2ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.p.362

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil, 1988. Ministério Da Educação.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRASIL. Constituição Republica Federativa do Brasil, 1988. Ministério da Educação.

BROWN, Lester, **Ecol News**. Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br>. Pavimentando o Planeta; Automóveis e agricultores em Disputa pela Terra >Acessada em 02/11/2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABABER, Jose Antonio. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CALDART, Roseli S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: **identidade e políticas públicas – Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional “ Por Uma Educação Do Campo” 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Os **métodos da história**: Introdução aos problemas, métodos e técnica da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAMASCENO, M.N. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

FARIA Sheila de Castro; FLORENTINO,Manolo;FRAGOSO;João.**A economia colonial brasileira(século XVI-XIX)**.São Paulo:Atual,1998.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A questão agrária no Brasil hoje**: subsídios para pensar a educação do campo. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia o cotidiano do professor**. São Paulo: Paz e Terra S. A, 1986.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Rural. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acessado em 08/07/ 009

MARTINS, Jose Sousa. **Reforma Agraria**: O impossível dialoga sobre a historia possível. São Paulo: USP,FFLCH,2000.

PARANA. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação/SEED. Curitiba, 2006.

PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: 1995.

SEBRAE. **Pesquisa gestão ambiental na industrial brasileira**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Confederação Ancional da Indústria, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. Rio de Janeiro: BNDES, Brasília, CNI, SEBRAE, 1998.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SOTERO, Ana Maria. II Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária do MST. CIDADE, em Novembro de 2.004.

STAINBACK, Susan, William. **Inclusão Um guia para Educadores**: Envolvimento dos Colegas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOZONI-REIS, Marília Freitas e Campos. **Metodologia de pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2006.

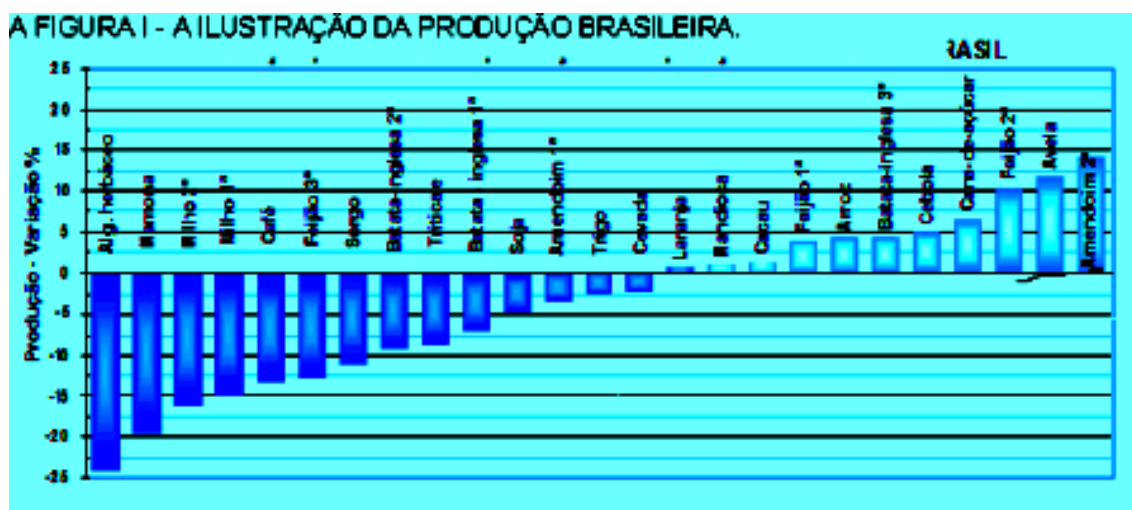
TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação a Sociologia. São Paulo: Atual, 1993.

VEJA Revista. Edição 2053 26 de março de 2008. <http://veja.abril.com.br/260308/p.106>. Acessado em 17/07/2009.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na Sociedade Inclusiva**: A desinformação e o escuro. Rio de Janeiro: Wva, 1987.

ANEXOS

A FIGURA I - A ILUSTRAÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA.



FONTE: IBGE (2009).

Percebe-se a necessidade de preparar a criança e adulto para a vida, com informações cada vez mais atualizadas. Historicamente, as desinformações é um fenômeno que põe em jogo a própria sobrevivência. O elevado crescimento demográfico, que sofrem com a falta de metas para a educação do campo mais adequado para cada cidade Brasileira.

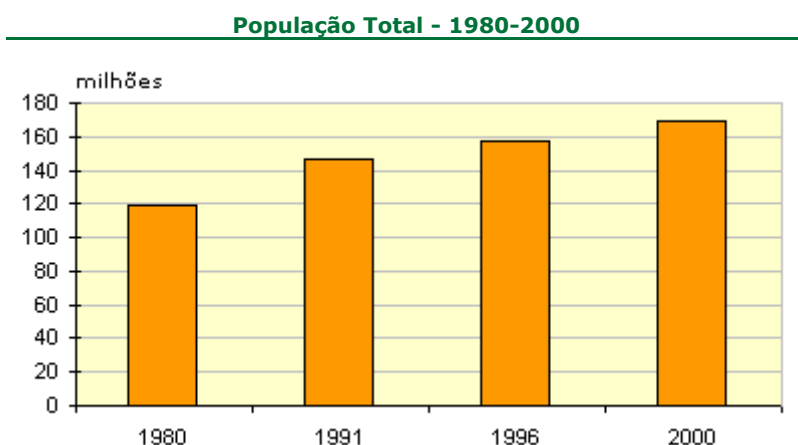
Observa-se a necessidade de promoção de igualdade de oportunidades e tratamento para o exercício da Cidadania. É importante sensibilizar a população geral, para o respeito com o homem do campo, particularmente, viabilizando a implementação de políticas educacionais para a agricultura. A nova e complexa realidade brasileira exige a busca de caminhos e soluções para uma sociedade inclusiva que lute para a preservação do meio ambiente sustentável para o homem do campo.

A partir da pesquisa tem como objetivo compreender a estrutura de funcionamento, desde o início do processo, da coleta de ocupação da população Brasileira.

A ocupação do território brasileiro é extremamente desigual: ao mesmo tempo em que temos municípios com menos de 1 hab./Km², como Atalaia do Norte (Amazonas) há outros, como São João do Meriti(Rio de Janeiro), com 12.897,8hab./Km². Mas já é possível notar uma pequena modificação quanto às áreas de grande concentração populacional. A região Sudeste possui hoje 41,98% dos habitantes do país. Em 1991, representava quase 44% desse total (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.441).

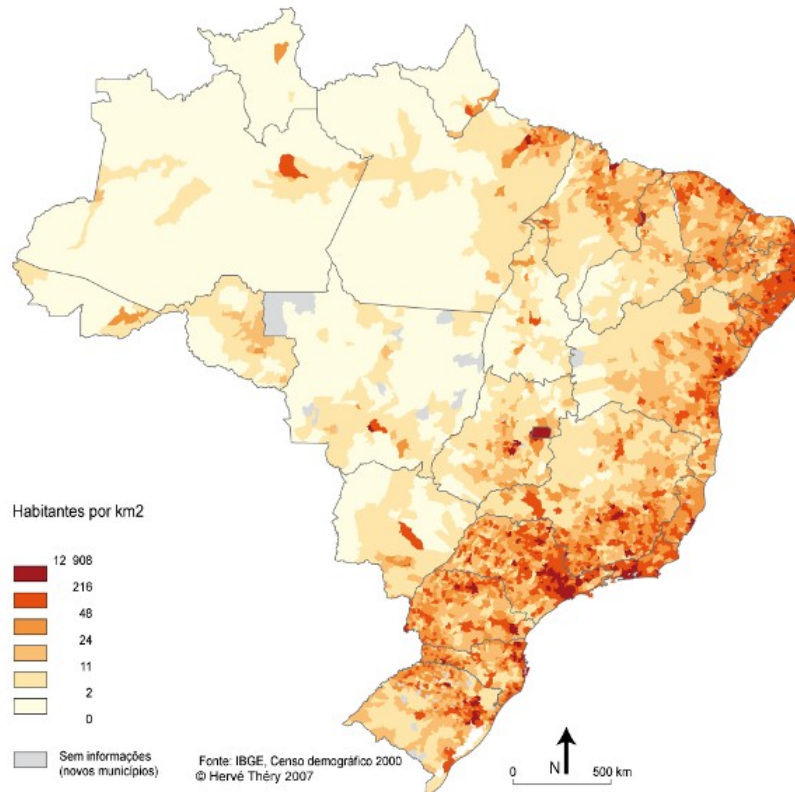
Para mudar essa visão, é necessário encontrar o caminho da inclusão, do respeito ao setor rural brasileiro. Muitas arbitrariedades ocorrem no dia-a-dia pela falta da democratização do conhecimento, que deveria ter um compromisso explícito de transformação social, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos.

TABELA 01 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO PELO IBGE.



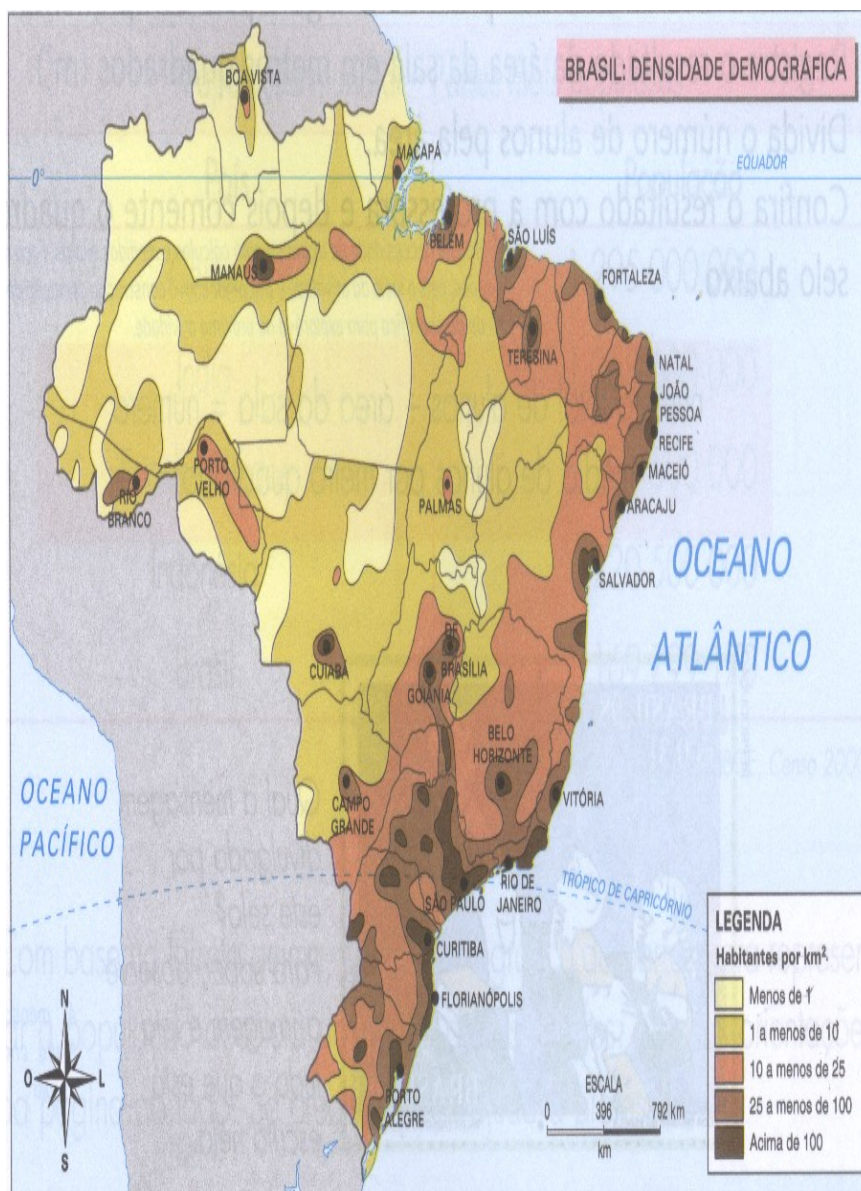
FONTE: IBGE, Censo Demográfico 1980- 2000

Densidade de povoamento



FONTE: IBGE, Censo demográfico 2000.

FIGURA III - BRASIL: DENSIDADE DEMOGRÁFICA.



Fonte: Adaptado de Atlas geográfico escolar. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

FONTE: Adaptado de Altas Geográfico escolar. Rio de Janeiro IBGE 2002.

Partindo-se de dados estatísticos do IBGE, Censo Demográfico (2.000) que foi o levantamento a nível Nacional sobre esta nova e complexa realidade brasileira para a busca de caminhos e soluções na sociedade inclusiva para a educação do campo.

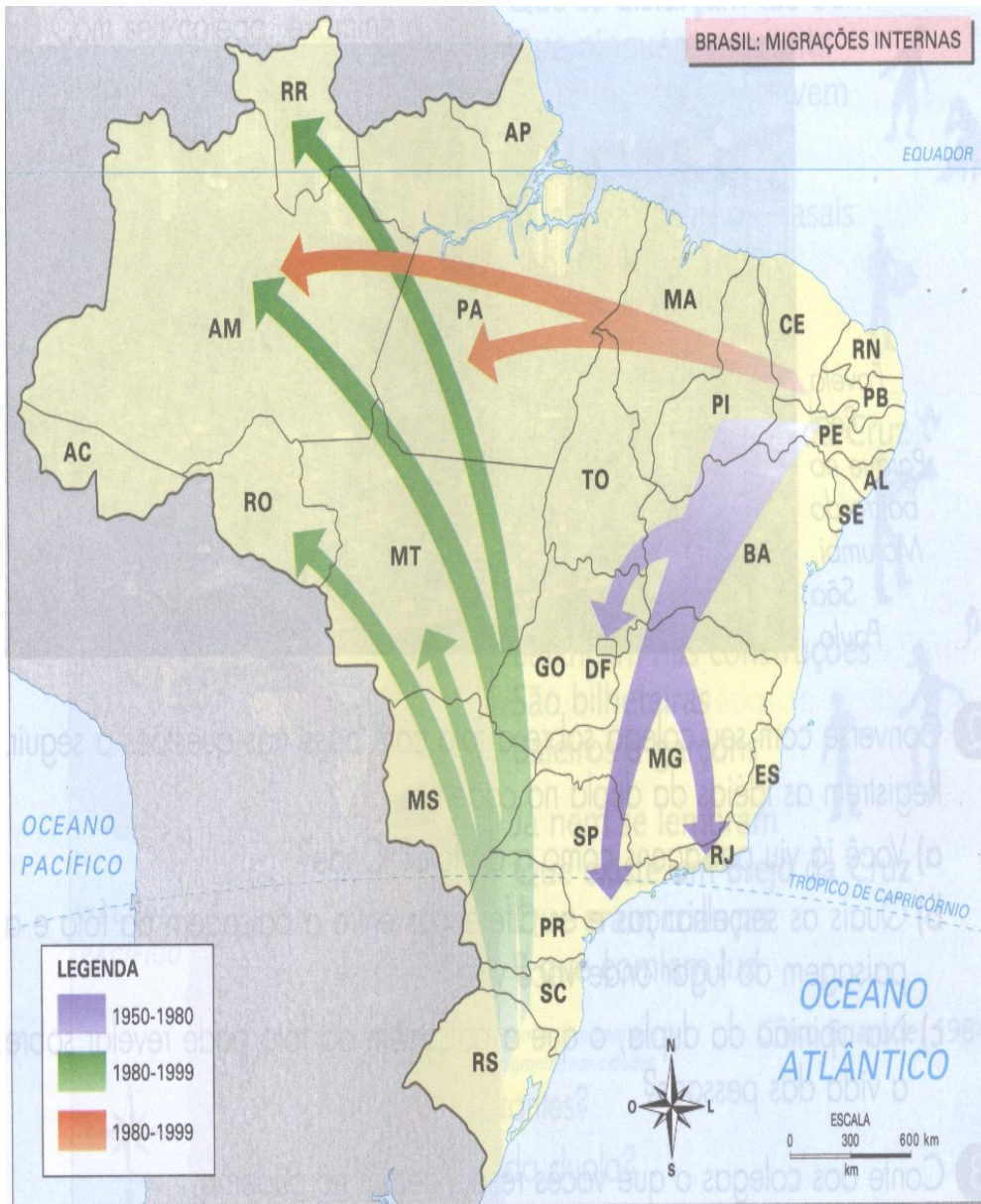
A FIGURA IV – A ILUSTRAÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL PELO IBGE

POPULAÇÃO TOTAL E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, GRANDES GRUPOS DE IDADE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO				
	1980	1990	1996	2000
População total (1)	119.002.706	146.825.475	157.070.163	169.799.170
Por sexo (%)				
Homens	49,68	49,36	49,30	49,22
Mulheres	50,31	50,63	50,69	50,78
Por grandes grupos de idade (%)				
0-14 anos	38,20	34,72	31,54	29,60
15-64 anos	57,68	60,45	62,85	64,55
65 e mais	4,01	4,83	5,35	5,85
Urbana	67,59	75,59	78,36	81,25
Rural	32,41	24,41	21,64	18,75

POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE - 2000			
GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO TOTAL		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	169 799 170	83 576 015	86 223 155
0 a 4 anos	16 375 728	8 326 926	8 048 802
5 a 9 anos	16 542 327	8 402 353	8 139 974
10 a 14 anos	17 348 067	8 777 639	8 570 428
15 a 19 anos	17 939 815	9 019 130	8 920 685
20 a 24 anos	16 141 515	8 048 218	8 093 297
25 a 29 anos	13 849 665	6 814 328	7 035 337
30 a 34 anos	13 028 944	6 363 983	6 664 961
35 a 39 anos	12 261 529	5 955 875	6 305 654
40 a 44 anos	10 546 694	5 116 439	5 430 255
45 a 49 anos	8 721 541	4 216 418	4 505 123
50 a 54 anos	7 062 601	3 415 678	3 646 923
55 a 59 anos	5 444 715	2 585 244	2 859 471
60 a 64 anos	4 600 929	2 153 209	2 447 720
65 a 69 anos	3 581 106	1 639 325	1 941 781
70 a 74 anos	2 742 302	1 229 329	1 512 973
75 a 79 anos	1 779 587	780 571	999 016
80 anos e mais	1 832 105	731 350	1 100 755

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População Indicadores Sociais, Censo Demográfico 2000.

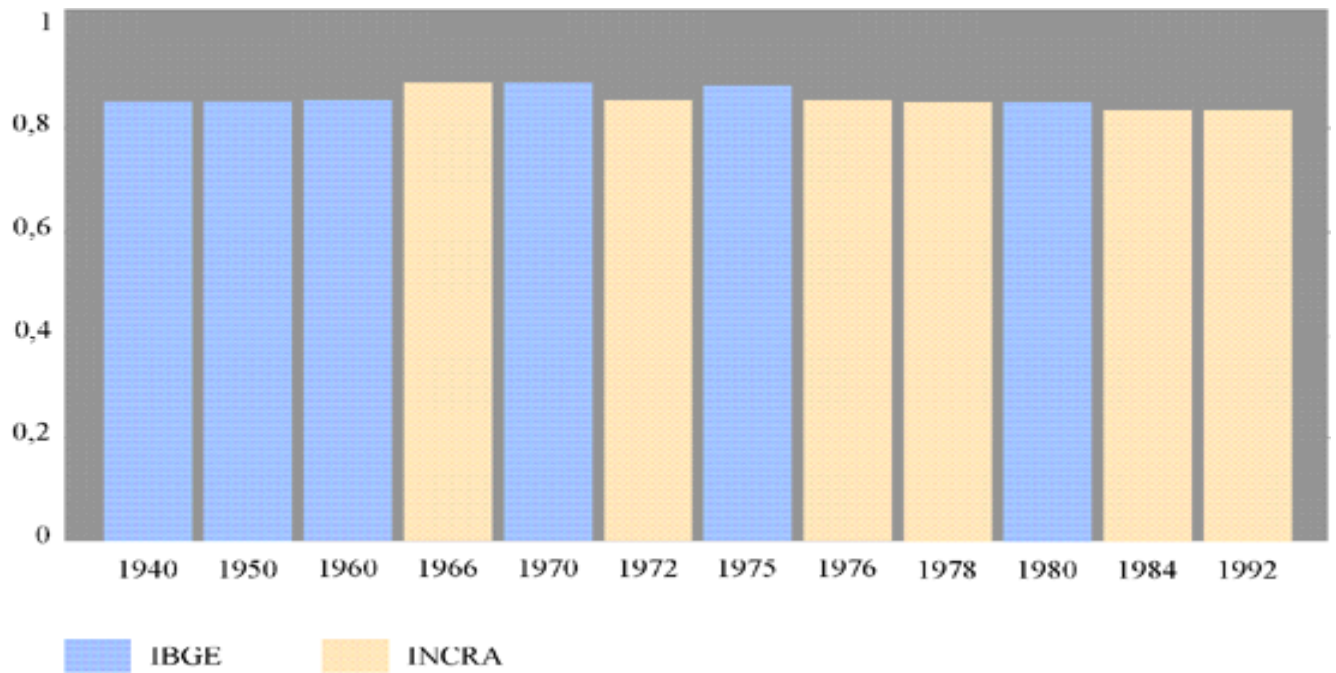
A FIGURA V – A ILUSTRAÇÃO DA IMIGRAÇÃO INTERNA.



Fonte: Adaptado de *Veja na Sala de Aula*, guia do professor, ano 2, n. 24, 4 ago. 1999

FONTE: PESQUISA A adaptado de *Veja na Sala de Aula*, guia do professor, ano 2, nº 24,4 agosto.1999.

A FIGURA VI - PLANILHA UTILIZADA PARA CONTROLE DE ENTRADA DO HOMEM DO CAMPO PELA REFORMA AGRARIA.



FONTE: IBGE E INCRA (2009).

A FIGURA VII - DEMONSTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL.



FONTE: PESQUISA DE CAMPO (2009).

A FIGURA VIII - DEMONSTRAÇÃO DA HISTÓRIA RURAL E URBANA NO BRASIL.

(em 1.000)

POPULAÇÃO	1981	1992	1995	1992/81 % a.a	1995/92 % a.a	1995/81 % a.a
a) Residente	119.692	146.003	152.375	1,8	1,4	1,7
Urbana	85.165	113.807	120.351	2,7	1,9	2,5
Rural	34.527	32.166	32.024	-0,6	-0,1	-0,5
b) 10 anos ou mais	88.903	113.722	120.936	2,3	2,1	2,2
Urbana	64.699	89.787	92.745	3,0	1,1	2,8
Rural	24.234	23.902	24.191	-0,1	0,4	0,0
c) PEA	47.304	66.206	70.232	3,1	2,0	2,9
Urbana	33.410	51.132	55.199	3,9	2,6	3,7
Rural	13.894	15.075	15.033	0,7	-0,1	0,6
d) PEA Ocupada	45293	61.443	65.556	2,8	2,2	2,7
Não Agrícola	32.058	46.482	51.013	3,4	3,1	3,4
(Urbano)	29.000	42.990	47.144	3,6	3,1	3,5
(Rural)	3.058	3.492	3.870	1,2	3,5	1,7
Agrícola	13.235	14.962	14.542	1,1	-0,9	0,7
(Urbano)	2.536	3.692	3.703	3,5	0,1	2,7
(Rural)	10.699	11.270	10.839	0,5	-1,3	0,1
Urbano	31.536	46.682	50.847	3,6	2,9	3,5
Rural	13.756	14.761	14.709	0,6	-0,1	0,5

Fonte: IBGE/PNADs 1981, 1991 e 1995. Para população residente e de 10 anos e mais, dados publicados; demais dados reprocessados na FSEADE por Fávio Bolliger a partir da amostra original de modo a compatibilizar os conceitos de PEA e de Ocupação anteriores às modificações introduzidas na PNAD de 1992.

FONTE: IBGE/PNDS1981. 1991.

A FIGURA IX – DEMONSTRAÇÃO DO CAMPO NA PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA PARA O POVO BRASILEIRO.



FONTE: PESQUISA DE CAMPO DO CAFÉ (2009).

A FIGURA X – DEMONSTRAÇÃO DO CAMPO NA PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA PARA O POVO BRASILEIRO.



FONTE: FOTO DE ARROZ (2009).

A FIGURA XI – DEMONSTRAÇÃO DO CAMPO NA PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA PARA O POVO BRASILEIRO.



FONTE: FOTO DE FEIJÃO (2009).

A FIGURA XII – DEMONSTRAÇÃO DO TRATAMENTO SETOR RURAL BRASILEIRO.



FONTE: REVISTA VEJA/EDIÇÃO 2053 26 DE MARÇO DE 2008. FOTO: ALBERTO CEZAR ARAUJO.

A FIGURA XIII – DEMONSTRAÇÃO DO TRATAMENTO SETOR RURAL. BRASILEIRO.



FONTE: REVISTA VEJA/EDIÇÃO 2053 26 DE MARÇO DE 2008 FOTO: MARLENE BERGAMO.

A FIGURA XIV – DEMONSTRAÇÃO DO TRATAMENTO SETOR URBANO BRASILEIRO.



FONTE: PESQUISA DE CAMPO DA CIDADE DE CURITIBA (2009).

